

VIVIENY NOGUEIRA VISBISKI

**AVANÇOS E DIFICULDADES NO PROJETO COMUNIDADE, FAMÍLIA
E ESCOLA: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO E NO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca do Curso de Especialização em
Educação do Campo da Universidade Federal
do Paraná. Como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista.

Profª Orientadora: Silvana Cássia Hoeller.

MATINHOS

2011

AVANÇOS E DIFICULDADES NO PROJETO COMUNIDADE, FAMÍLIA E ESCOLA: POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO E NO CAMPO

Vivieny Nogueira Visbiski ¹;
Silvana Cassia Hoeller ².

RESUMO

Este trabalho trata da continuidade do Projeto Comunidade, Família e Escola: por uma educação do campo e no campo. Desenvolvido inicialmente no ano de 2010, em parceria com a UENP (Universidade Estadual do Norte Pioneiro), campus de Bandeirantes; Prefeitura Municipal de Wenceslau Braz e Núcleo Regional de Educação, contando também com a assessoria da Professora Solange Todero Von Oncay, o projeto era parte do Programa Universidade Sem Fronteiras. Em 2011, decidiu-se dar continuidade ao projeto, como parte do tempo comunidade da autora deste artigo, envolvendo as mesmas parcerias, com exceção da UENP. O projeto surgiu na perspectiva das discussões da educação do campo, com o objetivo de trabalhar uma proposta de desenvolvimento multidimensional envolvendo as comunidades rurais de Wenceslau Braz. Pretendeu-se aqui, avaliar os avanços e dificuldades no transcorrer das atividades em 2011. Percebeu-se que, embora haja limites no atendimento das demandas propostas pelos representantes das comunidades rurais e necessidades de avanço na sua organização, as atividades do projeto têm contribuído significativamente no auto-reconhecimento dos seus participantes (sujeitos) como atores sociais e na melhoria da sua participação política.

¹ Engenheira Agrônoma, Mestre em Agroecossistemas; Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo, Programa Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral (UFPR Litoral) e; Educadora da turma do CEEBJA de Wenceslau Braz. E-mail: bisbiski@yahoo.com.br.

² Educadora Orientadora do Curso de Especialização em Educação do Campo, Programa Saberes da Terra, UFPR Litoral. E-mail: silvanafid@yahoo.com.br

Palavras-chave: desenvolvimento, participação, cidadania.

1 CONTEXTO: UMA HISTÓRIA QUE DEVE CONTINUAR

No ano de 2010, o projeto Comunidade, Família e Escola: por uma educação do campo e no campo, era parte do Programa Universidade Sem Fronteiras e foi desenvolvido em parceria com a UENP (Universidade Estadual do Norte Pioneiro), campus de Bandeirantes; Prefeitura Municipal de Wenceslau Braz e Núcleo Regional de Educação, contando também com a assessoria da Professora Solange Todero Von Oncay.

O Projeto, que espelha-se no Projeto Vida na Roça, desenvolvido em Francisco Beltrão e no Programa Comunidade, Família e Educação - o futuro passa pelas nossas mãos, do Município de Porto Barreiro, surgiu no âmbito dos debates sobre educação do campo no Território Integração Norte Pioneiro.

Tal projeto, segundo Zanatta *et al.* (2011) justifica-se na emergência da necessidade de mudança da realidade do campo tendo como perspectiva um processo de “*Desenvolvimento e Educação do Campo*”, pensando com os sujeitos todas as relações que os envolvem. Pretendia-se criar um processo que colocasse as famílias e comunidade “*em movimento*”, fortalecendo sua autonomia e buscando construir uma perspectiva de desenvolvimento multidimensional, levando à implementação de uma proposta de Educação do Campo, tendo por base as propostas que nascem na dinâmica das comunidades, articuladas às outras dimensões do desenvolvimento, dentre elas a agricultura, a produção, a saúde, a cultura e o lazer.

A proposta de educação do campo da qual falamos aqui é aquela onde os sujeitos se educam em comunhão. Segundo Arroyo *et al.* (2009), na perspectiva que os sujeitos se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos na direção de seu destino.

O encerramento do projeto em parceria com a UENP aconteceu no final de 2010, no entanto, identificou-se a necessidade de dar continuidade ao mesmo. A estratégia encontrada foi utilizar o tempo comunidade da educanda autora deste artigo e continuar trabalhando em parceria com a Prefeitura e com o NRE através da coordenadora Silvana Alves de Souza, que já possui experiências acumuladas da sua participação no projeto em 2010.

Pretende-se então, analisar os avanços e dificuldades encontrados no transcorrer do projeto, procurando abranger como se exerce o protagonismo da coordenação e lideranças do campo e como acontece a relação com o poder público e outras instituições no atendimento das demandas de desenvolvimento.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE WENCESLAU BRAZ

Situado na região do Norte Pioneiro do estado do Paraná, o Município de Wenceslau Braz possui uma população de 19.298 habitantes, ocupando uma área de 398 km². Do total da população, 3.789 residem na zona rural (IBGE, 2010). A maior contribuição para o Produto Interno Bruto é do setor de serviços, seguido pela agropecuária e indústria. Deve-se considerar que o setor de serviços tem seu movimento impulsionado pela atividade agropecuária. Segundo Veiga (2002), as teorias econômicas mais modernas desmancham a separação entre a produção e o setor de serviços, devido às alterações ocorridas no relacionamento entre fornecedores, produtores e consumidores.

As principais culturas são milho, soja, feijão e tomate. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, suínos, aves e a produção de casulos do bicho da seda. Na produção agropecuária do Município, a condição predominante é a agricultura familiar.

De acordo com Zanatta *et al.* (2011), as famílias residentes nas comunidades rurais (a Zona Rural divide-se em 33 bairros) encontram-se em um processo de empobrecimento devido à concentração de terras na perspectiva do agronegócio, gerando o despovoamento e desagregação das comunidades e falta de perspectivas em várias dimensões de desenvolvimento. Considerando a análise do IBGE de 2003, o Índice de Pobreza é de 42,42 %. A taxa de mortalidade infantil é de 19,23%, e a de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade é de 15,6%, superior à média do Paraná (9%).

No ano de 2003, em que trabalhei no Departamento de Agricultura da Prefeitura Municipal, foi realizada a formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, em parceria com a Emater e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Pude observar a falta de perspectivas de desenvolvimento, pois no início, houve certa resistência nas comunidades rurais em indicar representantes, por receio e também por descrença. A fala mais ouvida era “Estamos cansados de tantas reuniões e pouca ação!” Mesmo assim, a realização de cursos para os conselheiros e a participação dos mesmos em vários eventos modificou a visão sobre o seu papel de cidadãos e trouxe um novo ânimo. Entretanto, a falta de continuidade nas ações e a resposta lenta do poder público acabaram por desmobilizar o CMDRS, cujos membros pouco se reúnem.

Segundo o Texto 13 do Caderno Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas, que apresenta dados de uma pesquisa, embora os CMDR sejam formados às pressas e tenham um peso determinante do Executivo Municipal, conseguem adquirir vida e envolver a população, tendo como principal ponto positivo a democratização. Os CMDR, de acordo com o texto, têm como principal desafio melhorar o relacionamento com o Executivo Municipal, estabelecer mecanismos permanentes de consulta, articulação e monitoramento das ações planejadas e identificar com mais profundidade os problemas e potencialidades dos espaços

rurais; trabalhando com uma visão mais ampla de desenvolvimento rural, que vai além da agricultura e dos limites de cada município.

Ainda segundo o levantamento de Zanatta *et al.* (2011), dentre os 06 Postos de Saúde existentes no município, apenas 01 é destinado ao atendimento da população rural. A Educação conta em seu perímetro urbano com 04 Escolas Estaduais, 05 Escolas Municipais e 02 Centros Municipais de Educação Infantil. Já o perímetro rural, conta com 04 Escolas Municipais e 02 Escolas Estaduais. Nos bairros Patrimônio São Miguel e Km 10, que participam do projeto, há escolas nucleadas que atendem comunidades no seu entorno. A escola do Km 10, com 194 alunos matriculados, oferta a Educação Infantil e Ensino Fundamental. A escola do Patrimônio São Miguel, com 316 alunos matriculados, oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Há também duas escolas rurais multisseriadas que ofertam Ensino Fundamental, sendo uma no Bairro Paixão que estava inserido no início do projeto, não permanecendo até o final, com 09 alunos matriculados e a outra no Bairro Água Branca, que não participou do projeto, tendo 18 alunos matriculados.

Conforme relatório da Secretaria Estadual de Educação (SEED), de 1990-1999 foram fechadas 43 escolas rurais pertencentes ao NRE de Wenceslau Braz (Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, Salto do Itararé, São José da Boa Vista, Santana do Itararé, Sengés). Em Wenceslau Braz foram fechadas 07 escolas.

Existem leis, a exemplo da LDB, que garantem à população do campo o direito de acesso à educação no seu local de moradia e partindo da sua realidade, mas estamos longe de realizá-lo.

Em seu Artigo 28, a LDB estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- Adequação à natureza do trabalho na Zona Rural (BRASIL 1996).

Historicamente, o campo foi excluído do acesso a políticas públicas básicas. Isto explica a falta de perspectivas de desenvolvimento citada anteriormente. Exaustivamente discutimos, em todos os espaços onde o desenvolvimento está na pauta, que somente exercendo a cidadania e aumentando o nosso protagonismo é que podemos ajudar a mudar a realidade para melhor. E esses homens e mulheres do campo, mesmo cansados de tantas reuniões e pouca ação, ainda persistem e respondem ao chamamento, tornando possível realizar projetos como este.

3 ATIVIDADES DO PROJETO: EXERCÍCIO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Em fevereiro, foi realizada uma reunião com Silvana Alves de Souza, para definir a metodologia de trabalho a ser adotada no projeto. Decidiu-se adotar a mesma metodologia desenvolvida em 2010, com reuniões mensais envolvendo as sete comunidades e em cada uma delas com periodicidade de acordo com a demanda.

Não abordaremos aqui as atividades do projeto em 2010, pois já estão descritas e avaliadas na publicação de Zanatta *et al.* (2011). Continuaremos trabalhando nas mesmas linhas de ação – educação, saúde e fortalecimento da agricultura familiar – abertos para novas linhas que surgirem no decorrer das ações.

Continuaram participando do projeto os bairros Km 10, Patrimônio São Miguel, 400 Alqueires, Natureza, Pinhalzinho e Totós. O bairro Santa Madalena desistiu e tivemos a adesão da comunidade Água Grande. Temos a participação da esposa de um educando do Projovem Campo – Gevalda Regina Correa da Silva, esposa do Sebastião Lepping – que representa o bairro Natureza. Entre os demais educandos, já participaram de uma reunião mensal Jorge Sabater – que é agricultor familiar e Vereador – e Roselaine Soares, que desistiu do Projovem e está trabalhando em um hipermercado em Curitiba. A situação da educanda, que residia

na Vila Rural Novo Horizonte, é parte da realidade do êxodo rural que ainda afeta o Município. Os demais educandos não participam das reuniões mensais, mas estão presentes em outras atividades do projeto. Na próxima página, o nome dos representantes está relacionado no Quadro 1.

Ainda em fevereiro, foi realizada uma reunião com o Prefeito Atahyde Ferreira dos Santos Júnior, para solicitar a contratação de um profissional e um estagiário com a finalidade de participar das atividades do projeto. No início de maio, foi contratada a estagiária Talita Gabriel Corsini Pereira, formada em Engenharia Florestal e acadêmica de Geografia.

QUADRO 1. REPRESENTANTES E SUAS RESPECTIVAS COMUNIDADES

NOME	COMUNIDADE QUE REPRESENTA
Ademir Prestes Matochek	Km 10
Carlos Alberto Simão Sônia Mara dos Santos	Patrimônio São Miguel
Dalva Lúcia de Azevedo	Pinhalzinho
Édino Aparecido Alves	Totós
Gevalda Regina Correa da Silva	Natureza
Ivone Aparecida da Silva	Água Grande
Márcia Regina Ana Olik Brecailo	400 Alqueires

Realizou-se também no mesmo mês uma reunião com a representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a representante da comunidade Patrimônio São Miguel – Sônia Mara dos Santos, para debater possibilidades sobre a realização de um projeto de formação de agroflorestas para a recuperação da mata ciliar no Município. Definiu-se que serão realizadas reuniões em comunidades que têm interesse em desenvolver o projeto, começando com agricultores que também demonstrem o mesmo interesse, na forma de unidades demonstrativas. Definiu-se também que o primeiro passo será uma visita à Cooperafloresta em Barra do Turvo – SP, para conhecer mais sobre a implantação e condução da agrofloresta. Estamos aguardando a disponibilidade de recursos da Prefeitura para a realização da visita e a formação de um grupo para a mesma, pois o grupo da Cooperafloresta não recebe

visitas individuais. É importante lembrar que este despertar para iniciativas de produção agroecológica é resultado das atividades do projeto em 2010.

O Quadro 2 relaciona as atividades do projeto realizadas em 2011:

QUADRO 2. ATIVIDADES DO PROJETO REALIZADAS EM 2011

DATA	ATIVIDADE
16/03	Reunião mensal com a pauta: <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de um vídeo sobre Agroecologia; • Avaliação das atividades do projeto no ano de 2010, levantando as pendências; • Inserção dos participantes nos diferentes programas para a agricultura familiar; • Reuniões a serem realizadas nas comunidades.
06/04	Reunião mensal com a pauta: <ul style="list-style-type: none"> • Resultado das ações junto ao Secretário Municipal da Saúde; • Resultados do levantamento: comunidades prejudicadas pela aplicação de agrotóxicos; • Campanha nacional contra o uso de agrotóxicos; • Inserção nos programas governamentais para a agricultura familiar; • Organização do cronograma do evento de entrega da Arca das Letras; • Inserção de novas comunidades e retorno das desistentes.
14/04	Reunião no Km 10, onde foram identificadas as demandas: <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento médico; • Melhorar o abastecimento de água para uso doméstico; • Iluminação pública; • Creche e educação infantil.
19/05	Reunião na Água Grande, onde foram identificadas as demandas: <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento médico; • Arrumar a estrada de acesso à comunidade; • Coleta de lixo; • Problema de superlotação no transporte escolar.
28/05	Evento de entrega da Arca das Letras realizado no Km 10, com palestra sobre Cooperativismo ministrada pela acadêmica da Universidade Federal de Viçosa Suelen; apresentação de dança dos educandos da escola da comunidade e de modas de viola pelo Sr. José Belo. Participaram do evento cerca de 100 pessoas que vieram dos bairros que participam do projeto e professores das escolas municipais e estaduais. O evento também contou com a participação do Prefeito Municipal.
06/06	Reunião mensal com a seguinte pauta: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do evento do dia 28/05; • Coleta de lixo nos bairros Totós, Água Grande e Natureza; • Demandas do Km 10 (reunião do dia 14/04); • Capacitação dos responsáveis pela Arca das Letras; • Organização da reunião com o Prefeito no dia 20/06.
20/06	Reunião mensal do grupo, realizada com a presença do Prefeito Municipal, com a seguinte pauta: <ul style="list-style-type: none"> • Ajustes no transporte escolar; • Arrumar a estrada dos bairros Totós e Pinhalzinho; • Demandas do Km 10 (reunião do dia 14/04);

	<ul style="list-style-type: none"> • Transporte para os moradores do bairro 400 Alqueires.
29/07	Visitas nas escolas dos bairros Km 10 e Patrimônio São Miguel, para propor aos professores a realização de um trabalho com os educandos, para discutir as conseqüências para o meio ambiente e a saúde humana, decorrentes do uso de agrotóxicos.
02/08	Reunião mensal com a pauta: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do primeiro semestre; • Tarefas dos representantes dos bairros; • Comunicação da atividade proposta às escolas no dia 29/07; • Pensar em atividades sociais que não dependam de órgãos governamentais para realizar nas comunidades; • Resposta do ofício enviado ao Prefeito sobre as demandas das comunidades.
09/08	Reunião com o Prefeito para tratar das demandas das comunidades.
12/08	Participação no V Seminário Regional de Educação do Campo.
14/09	Reunião mensal com a pauta: <ul style="list-style-type: none"> • EMATER- Fala da Assistente Social Marinez sobre os programas para a agricultura familiar; • Leitura da Ata da reunião com o Prefeito; • Resultado dos trabalhos sobre os agrotóxicos; • Projeto do parque infantil; • Demandas de cursos.

Um aspecto essencial da metodologia é o incentivo à participação, o reconhecimento da importância de cada indivíduo no processo, a distribuição de responsabilidades e a persistência no acompanhamento dos resultados. A cada reunião, a partir das demandas identificadas, são definidas as ações necessárias e quem será responsável por executá-las. Para ilustrar, colocamos como exemplo o Quadro 3:

QUADRO 3. ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16/03

DEMANDA IDENTIFICADA	AÇÃO	RESPONSÁVEL
Atendimento médico nas comunidades 400 Alqueires (ponto de atendimento para 400 Alqueires, Fazendinha, Paixão e Boa Vista); Km 10 (ponto de atendimento para Natureza, Santa Madalena, Pedro Damas, Carmos e Sabater) e Patrimônio São Miguel (ponto de atendimento para 9 comunidades próximas)	Definição de local para a realização do atendimento médico Reunião com o Secretário Municipal de Saúde para definir o atendimento, no dia 21/03.	Representantes das comunidades. Coordenadora Vivieny e representantes das comunidades.
Levantamento, nas comunidades, das pessoas prejudicadas pela	Realizar o levantamento com a ajuda das escolas e	Representantes das comunidades.

deriva na aplicação de agrotóxicos.	agentes comunitários de saúde.	
Reunião com pessoas prejudicadas pela deriva na aplicação de agrotóxicos, para debater e levantar ações para solucionar a questão.	Montar uma programação (duração e temas, ver necessidade de lanche e almoço), contatar palestrante.	Coordenadoras Vivieny e Silvana.
Reunião na comunidade Natureza para identificar demandas locais.	Realizar a reunião, no dia 02/04.	Coordenadora Vivieny e representante da comunidade Gevalda Regina.

4 AVANÇOS E DIFICULDADES: REDESCOBRINDO UM CAMINHO

O principal avanço a ser reconhecido é o próprio exercício da participação democrática, que se faz no diálogo constante entre os representantes das comunidades e o poder público. Este diálogo e o auto-reconhecimento, ainda que parcial, por cada indivíduo que participa do projeto, como um sujeito social que tem direitos, deveres e pode intervir para transformar a realidade da sua comunidade constituem-se em importantes avanços em direção à educação do campo que queremos praticar.

Ao longo das atividades de 2011, as principais dificuldades encontradas foram as faltas de alguns representantes nas reuniões e a resposta lenta do poder público às demandas levantadas. É importante ressaltar que esta resposta lenta não se refere a todas as demandas, o que detalharemos mais à frente. É importante ressaltar também que o poder público municipal, para atender as demandas que solicitamos muitas vezes se depara com dificuldades conjunturais nas esferas Estadual e Federal, que não tem condições de influenciar.

Em algumas comunidades os moradores ainda não despertaram para a importância do seu papel e não colaboram com o representante. No bairro Natureza, os moradores se recusaram a fazer a reunião para identificar as demandas, argumentando que não serviria para nada, que não ocorreria nenhuma mudança. Quando solicitados pela representante Gevalda Regina a definir um local para reunir

os resíduos para que fosse realizada a coleta de lixo, também se recusaram, alegando que seria muito difícil deslocar os resíduos de suas residências até outro local. Eles preferem queimar o lixo ou então jogar nos terrenos próximos ao limite do bairro com a PR 092. Decidimos não insistir em reunir os moradores e aguardar que sejam incentivados por resultados mais concretos do projeto.

Este fato ilustra o que foi observado por Zanatta *et al.* (2011), durante o transcorrer do projeto em 2010. Segundo os autores, em alguns casos, os Coordenadores representantes dos camponeses tiveram dificuldades em levar para as comunidades os assuntos que foram discutidos nas reuniões, pois perceber a contrapartida é evidente e ainda há a idéia de “pedir” aos governos, baseada na cultura clientelista, que é mais forte que perceber a possibilidade de proposição e criação de uma política por um grupo organizado.

A Prefeitura Municipal tem nos apoiado nos eventos em que necessitamos utilizar a estrutura do transporte escolar. A coleta de lixo foi implantada nos bairros que a solicitaram e a entrega da Arca das Letras, realizada nos bairros 400 Alqueires, Km 10, São Miguel e Totós; tem incentivado a leitura nas comunidades. A entrega está pendente no bairro Pinhalzinho, por dificuldades de transporte. No bairro Natureza, não há estrutura disponível para abrigar a Arca. O padre que realiza as missas na comunidade se recusou a abrigar a Arca nas dependências da Igreja, mesmo depois da tentativa de diálogo, onde ele alegou que “Igreja não é lugar para essas coisas.” Diante da recusa, está em suspenso a decisão de procurar o bispo na Diocese Regional ou passar a Arca para outra comunidade.

Desde as primeiras reuniões de 2011, quando os representantes dos bairros nos relataram os problemas que enfrentam devido à deriva na aplicação de agrotóxicos, solicitamos que fizessem um levantamento das pessoas prejudicadas, para que assim pudéssemos delimitar melhor os prejuízos e tomar as providências necessárias. Com medo de se indispor com vizinhos, nenhum representante realizou o levantamento, e por isso decidimos procurar os professores nas escolas do Km 10

e Patrimônio São Miguel para realizar um trabalho envolvendo a questão, o qual já está sendo desenvolvido.

Quando reunimos os moradores no bairro Água Grande, os mesmos ficaram com algumas contrapartidas para realizar: definir um local para depositar o lixo e possibilitar a coleta, realizar a limpeza do mato da estrada e negociar a saída da família que mora no Posto de Saúde. A representante não participou mais das reuniões, portanto não conseguimos obter resposta se as contrapartidas foram executadas.

No dia 20/06, o Prefeito recebeu a visita de um deputado e não pode permanecer na reunião o tempo necessário, então pediu que detalhássemos as demandas em um documento e posterior encaminhássemos. Abaixo, seguem os itens e suas respectivas respostas, que foram registradas na ata da reunião dia 09/08:

1. Problemas com o transporte escolar

- a. **Bairro Natureza:** A estudante Aline Lepping, que reside no Bairro Natureza, tem que percorrer a pé, no período noturno, o trecho da Igreja até a sua residência. Uma maneira para resolver este problema poderá ser se Eudes (motorista escolar) esperar o Ademir chegar com os alunos até o Km10, e o Eudes levar todos até o bairro Natureza. Sendo assim, o Ademir não necessita entrar no bairro Natureza, o que gerará uma economia de 6 Km ao dia.
- b. **Água Grande:** No período da manhã está havendo superlotação na Kombi, pois a mesma tem capacidade para 14 crianças e está transportando mais de 20.

RESPOSTA: a. Como este serviço de transporte escolar é terceirizado, a quilometragem a ser percorrida é planejada, orçada e licitada com antecedência, sendo difícil a alteração. A Secretária Municipal de Educação incumbiu-se de conversar com o motorista. b. Não foi verificada a superlotação.

2. Construção de ponto de embarque e desembarque para os educandos que utilizam o transporte escolar no meio rural, nas comunidades Km 10, Patrimônio São Miguel, Natureza, Pinhalzinho, Água Grande, 400 Alqueires e Totós.

RESPOSTA: Está em negociação, com a mediação do Secretário da Agricultura Roberto Luiz Rodacki, a construção em parceria com as

comunidades, que dariam o material como contrapartida.

3. Problemas com a estrada

Bairro Totós: necessidade de arrumar e empedrar a estrada mestra.
RESPOSTA: no processo de debate desta demanda, instalou-se um conflito entre o representante do bairro, o Prefeito e a equipe de coordenação do projeto. O representante acredita que todos nós estamos contra ele e quer desistir de participar.

Bairro Pinhalzinho: Arrumar trecho final, após a Igreja.

RESPOSTA: Já foi arrumado.

4. Possibilidade de construir locais para abrigar as “Casas Digitais Rurais”

As casas digitais são financiadas em parte pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que fornece os computadores e os móveis. A contrapartida da Prefeitura seria proporcionar o espaço construído e a instalação elétrica, bem como contratar estagiários. O MDA pode fornecer três casas digitais por Município, sendo que cada uma necessita de um espaço de 40-50 metros quadrados para 10-12 computadores.

RESPOSTA: Não há recursos no momento, mas há possibilidade de parceria para adequar os locais existentes nas comunidades.

5. Iluminação Pública

Km10: Embora os moradores paguem a taxa de iluminação pública, não há esta instalação e à noite os moradores e os jovens que retornam da escola têm dificuldade de se deslocar a pé.

RESPOSTA: Necessidade de marcar reunião na Engeluz, empresa responsável, e solicitar autorização ao DER.

Água Grande: Nesta comunidade, o Sr. José Davi de Toledo comprou o material e realizou a instalação, ficando com uma dívida no comércio de aproximadamente R\$ 200,00.

RESPOSTA: O valor já foi pago.

6. Saúde

O atendimento médico nas comunidades rurais vem sendo acordado com o Secretário Municipal desde o ano de 2010. Neste mesmo ano, os moradores do Patrimônio São Miguel propuseram para o Secretário, contribuir ou com a mão de obra, ou com o material, para a construção de um posto de saúde. O Secretário disse que não seria necessário, pois a Prefeitura poderia se responsabilizar integralmente. Como a construção não pôde ser concretizada, no início deste ano, acordamos com o Secretário o atendimento médico nas comunidades Km 10, Patrimônio São Miguel e 400 Alqueires.

Os locais para as consultas seriam salas previamente preparadas, nos barracões das Igrejas, e o médico contratado iria com uma enfermeira e medicamentos básicos. No Patrimônio São Miguel, o atendimento seria uma vez a cada quinze dias, e uma vez por mês nas outras comunidades. No Patrimônio São Miguel, seriam atendidos também moradores de outras sete comunidades próximas, e nos outros bairros cerca de quatro, o que abrangeria 15 dos 30 bairros rurais brazenses, desafogando e otimizando o atendimento na cidade.

RESPOSTA: O Secretário chegou até a marcar um dia para o atendimento, que não aconteceu. Tal fato comprometeu até a credibilidade do representante junto à comunidade, que chegou a duvidar da veracidade das suas informações. A nossa surpresa foi grande ao conversarmos com o Prefeito, que nos revelou não saber das decisões do Secretário... Ele nos informou que não é possível contratar um médico este ano para atender na zona rural, pois a Prefeitura já está no limite e não pode mais contratar sem concurso público. A população rural continuará sendo atendida no posto do Programa Saúde da Família na cidade.

7. Melhoria do abastecimento de água no Km 10

RESPOSTA: A Prefeitura está aguardando a doação de poços artesianos. Já foi verificada a necessidade de consertos na caixa d'água do bairro.

8. Logotipo

Analisar a possibilidade de dispor uma verba para a confecção de adesivos e com o logotipo, para divulgar o projeto.

RESPOSTA: Já foram feitos os orçamentos e estamos aguardando a resposta.

9. Oferta de creche e educação infantil no Km 10

RESPOSTA: O Prefeito considerou cabível a solicitação, mas informou que não é possível atender este ano. Ele nos comunicou que, na cidade, há uma fila de espera com 180 mães aguardando vagas em creches. Já está prevista a construção de uma creche no Jardim São Rafael.

5 CONSIDERAÇÕES PARA NÃO FINALIZAR

Cidadania, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, é a condição de cidadão, que significa “indivíduo no gozo dos direitos políticos e civis de um Estado”. Ao trabalhar com este tema em sala de aula como educadora do Projovem Campo e

ao mesmo tempo, como coordenadora do presente projeto através do tempo comunidade, percebi que tenho muito a aprender, a começar por uma compreensão mais plena dos direitos políticos e civis...

A maior ansiedade, vivida com os homens e mulheres do campo, é por resultados. Como queríamos ouvir do Prefeito: “Sim, vamos organizar o atendimento médico ainda neste ano. Vamos construir uma creche no Km 10 e reabrir as escolas nas outras comunidades.” Tal ansiedade se deve ao fato que, ao longo da história do Brasil, a partir do momento em que o projeto de desenvolvimento pautou-se nos ideais da Revolução Verde e da industrialização, o campo foi esquecido.

E assim o poder público municipal, embora continue abraçando a idéia do projeto e ouvindo nossas reivindicações, depara-se com as conseqüências históricas deste esquecimento e problemas estruturais que não lhe permitem, pelo menos a curto e médio prazo, atender todas as demandas solicitadas.

Então, conforme escreveu o Professor Luiz Fabiano Zanatta, orientador do projeto em 2010, mais do que os resultados, o que torna este espaço rico é o processo. E é ao longo deste processo, desta caminhada durante mais um semestre, que percebemos alguns desafios a serem trabalhados.

As reuniões do grupo têm sido um espaço de debate sobre as demandas de desenvolvimento e acompanhamento do atendimento das mesmas. Precisamos aproveitar estes momentos também para estudar e aprofundar nossa compreensão a respeito dos direitos políticos e civis e políticas públicas para acessá-los.

Precisamos pensar em estratégias para melhorar a participação dos representantes faltosos e também dos demais educandos do Projovem Campo. Ao nos concentrarmos nas demandas que foram relacionadas no item 4, deixamos de lado no semestre anterior o fortalecimento das associações dos bairros, bem como da produção, da renda e a consolidação de mais parcerias. É necessário então, retomar este trabalho.

Continuemos então! Como nos fala Paulo Freire no Texto 52 do Caderno Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; somos sujeitos históricos e

inconclusos. A partir da denúncia de uma realidade desumanizante e do anúncio de uma realidade em que os homens podem ser mais, queremos agir. É o anúncio da práxis educativa e esperançosa. Em busca de uma educação que afirme a nossa cidadania e desperte constantemente o pensamento crítico que percebe a desumanização e o agir que transforma.

“Não tema avançar lentamente, tema apenas permanecer imóvel.”

Sabedoria chinesa

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 4. Ed. 214p.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2008 7. ed. 895p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: set. 2011

SCHMIDT, Armênio Bello; LIMA, Sara de Oliveira Silva; SECHIM, Wanessa Zavarese. (Orgs.) **Cidadania, organização social e políticas públicas: caderno pedagógico educandas e educandos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 160 p. il.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 304p.

ZANATTA, Luiz Fabiano; ONÇAY, Solange Von Toderó; SOUZA, Silvana Alves de. **Comunidade, família e escola: por uma educação do campo e no campo Contribuindo para a educação e o desenvolvimento**. Cópia digital não publicada. 93p.